

# O Manguinho

NÚMERO 109 - 16 DE NOVEMBRO DE 2023

INFORMATIVO SEMANAL DA COMUNIDADE DE PRÁTICAS INTERSETORIAL MANGUINHOS | SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURA



## Pessoas com Deficiência



Registro da Ação Cidadania da PcD na Maré, realizada no dia 23 de setembro no Centro de Artes da Maré. Foto: Virginia Damas..

O Manguinho desta semana aborda o tema da inclusão social e acesso das pessoas com deficiência aos serviços públicos. Utilizamos [a sigla PcD](#) para nos referirmos a qualquer pessoa que possua algum impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Essa condição pode estar presente desde o nascimento ou ter sido adquirida durante a vida, como por consequência de um acidente ou sequela de uma doença.

Estima-se que aqui no Brasil vivam cerca de [18,6 mi-](#)

[lhões de pessoas com deficiência](#), o que corresponde a 8,9% da população com dois anos de idade ou mais. Apesar de representar uma parcela significativa da população brasileira essas pessoas ainda não têm os seus direitos básicos e fundamentais garantidos. Segundo dados do IBGE de 2022, em relação à educação, por exemplo, a taxa de analfabetismo desta população foi de 19,5%, enquanto para as pessoas sem deficiência foi de 4,1%. A maior parte das pessoas com deficiência de 25 anos ou mais não completa-

ram a educação básica, sendo que 63,3% eram sem instrução nenhuma ou com o ensino fundamental incompleto.

Ao falar sobre as pessoas com deficiência é importante também chamar atenção pro fato que discriminações, preconceitos e acesso a direitos podem variar de acordo com as diferentes deficiências. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, de 2021, por exemplo, [o acesso ao mundo do trabalho é reduzido à metade em função de alguma deficiência](#), porém é quatorze vezes menor caso se

trate de pessoas com deficiência intelectual e psicossocial.

Não temos pesquisas ou censos que estimem de forma precisa a população de pessoas com deficiência em Manguinhos, mas é de supor que esses números não estejam tão distantes da realidade brasileira. No entanto, por se tratar de um território de vulnerabilidade social, marcado por diversas violações de direitos, podemos supor também que os indicadores sociais de acesso à educação, moradia, saúde e trabalho, destas pessoas, sejam ainda mais graves.

### Vozes de Manguinhos

Com a intenção de ampliar a nossa compreensão sobre esse assunto, a gente ouviu trabalhadores e moradores de Manguinhos.

A Norma Souza, fundadora do [Projeto Marias](#), que é um coletivo de mulheres formado por mães de filhos com deficiência, destacou a importância da fiscalização das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência:

“Olá, sou Norma Souza, sou moradora da favela de Manguinhos há quase 60 anos, sou neuropsicopedagoga e quero falar com vocês sobre as condições das pessoas com deficiência aqui do território de Manguinhos. As pessoas com deficiência aqui do território de Manguinhos precisam de uma atenção diferenciada com qualidade nos



Participaram desta edição como entrevistados Norma Souza, Patrícia de Sales Correa e Fabrício Romero Saavedra.

seus atendimentos. Em relação ao serviço de saúde, educação, CRAS, CRECS, enfim, entre outros serviços que podem ajudar, eles estão sim preparados. O que precisa é de uma fiscalização nesses trabalhos. Em relação às políticas públicas, eu digo que já temos políticas públicas o suficiente, e como eu disse, o que precisa é de uma fiscalização em cima das políticas públicas para que, realmente, o que se foi tratado lá em Brasília, nas conferências, volte com qualidade e que verdadeiramente respeite as condições diversas das pessoas com deficiência do território. Precisamos qualificar nossos profissionais para esses tipos de atendimento, mas que eles estão, sim, preparados. Como eu disse, o que precisa é qualificação. Obrigada.”

Já a Patrícia de Sales Correa, que é intérprete de libras, enfatizou a importância da comunicação acessível entre pacientes com deficiência e servidores de saúde.

“Olá, meu nome é Patrícia, sou formada em Comunicação Social, com especialização em Língua Portuguesa, leitura e escrita no ensino de surdos, pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos. Quando falamos sobre o tema acessibilidade, geralmente pensamos em rampas para pessoas com dificuldade de locomoção. No entanto, é crucial compreender que tornar algo acessível vai além disso. Significa permitir que o outro tenha autonomia em seu deslocamento sem encontrar obstáculos. A comunidade surda se depara com diversas barreiras ao sair de casa, enfrentando uma realidade que ultrapassa os limites de sua residência, especialmente no que diz respeito à comunicação. Na área da saúde, mesmo com um Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando que o acesso à saúde é um direito de todos e dever do Estado, a barreira da comunicação persiste. A falta de profissionais qualificados e o investimento insuficiente por parte das

instituições contribuem para a dificuldade enfrentada pela comunidade surda. Em minha experiência, tive a oportunidade de atender alguns pacientes surdos juntamente com profissionais da saúde, incluindo médicos, enfermeiros e farmacêuticos. Pude observar como esses pacientes saíram do atendimento satisfeitos por terem sido compreendidos. Naquele momento, tornou-se evidente como um simples ato de proporcionar uma comunicação acessível, fez com que o paciente se sentisse valorizado sem que a sua dor fosse negligenciada ou minimizada.”

Nesta edição, a gente também contou com a participação do Fabrício Romero Saavedra, que é cadeirante, dentista, servidor do Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria e integrante da equipe do O Manguinho. Ele chama atenção para um assunto que ainda tem sido um tabu, que é o relacionamento com pessoas com deficiência.

O Fabrício nos lembra que problemas em relacionamento são comuns e acontecem com todos os casais, independente se possuem ou não deficiências:

“Capacitismo é um termo que descreve a discriminação e o preconceito com as pessoas com deficiência. Surge de pessoas que tem uma crença equivocada que pessoas com deficiência são inferiores ou menos capazes do que aquelas sem deficiência. Acho muito importante debater este assunto pois é a única maneira de mostrar para a sociedade que temos os mesmos direitos do que as pessoas sem deficiência. Queremos exercer o nosso direito constitucional de poder estudar, de ter acesso a saúde, lazer e cultura em locais sem barreiras. É um absurdo que as empresas achem que pessoas com deficiência não são capazes de trabalhar e serem produtivas. Temos que quebrar o tabu da sociedade que pessoas com deficiência não possuem tesão ou são assexuadas. [É preciso] quebrar essa infantilização, achar que o relacionamento com deficientes será um peso na vida.”

A legislação que trata dos direitos e inclusão das pessoas com deficiência é a [Lei 13.146, de 2015](#), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Mas o que ainda precisa ser feito no campo das políticas públicas para minimizar os desafios enfrentados diariamente por pessoas com deficiência? Participe do [nosso grupo de WhatsApp](#).



**Website**

<https://intersetorialmanguinhos.ensp.fiocruz.br/>

**Grupo de WhatsApp:**

[Clique aqui para participar](#)

**Este informativo é financiado com recursos públicos:**

FIOCRUZ e Emenda Parlamentar [Nº 202041600014](#)

**Equipe**

Carlos Costa, Douglas Luddens, Franciele Campos, Fabrício Romero Saavedra, Luciana Santori, Marcelo Mendes, Maria das Mercês Navarro Vasconcellos e Quezia Cavalcante.

**Projeto**

Desenvolvimento de Tecnologias Sociais para o Enfrentamento à Violência(s) em Territórios Vulnerabilizados

